

Moção 64

Reforçar a Constituição e combater todas as tentativas de a esvaziar

A Constituição da República Portuguesa de 1976 é o documento fundador da nossa democracia. Nascida da Revolução do 25 de Abril, completou em 2026 cinquenta anos de vigência e sete revisões, a última das quais há mais de 20 anos. É, simultaneamente, uma garantia e uma promessa: garante direitos, liberdades e garantias, vincula os poderes públicos e protege os mais vulneráveis, e promete uma sociedade mais justa, mais livre e mais igual, que cada geração é chamada a concretizar.

Defender a Constituição não é embalsamá-la. O LIVRE não confunde defesa do regime com imobilismo: uma Constituição viva tem de poder ser aperfeiçoada para responder aos desafios do nosso tempo: a emergência climática, a transição digital, o aprofundamento da democracia e a integração europeia. Mas há uma diferença abissal entre **renovar a promessa constitucional e dismantelar o seu núcleo**. É essa diferença que define esta moção.

E o momento político atual é de um enorme risco. Pela primeira vez desde a fundação da democracia, uma maioria de direita e extrema-direita tem, no Parlamento, força bastante para desencadear e conduzir uma revisão constitucional sem incluir a esquerda.

Certo é que o LIVRE, durante a última campanha eleitoral, foi o único partido a alertar para este risco e possibilidade. E essa hipótese foi desconsiderada pela maioria dos partidos da direita, nomeadamente por Luís Montenegro que acusou o LIVRE de levantar fantasmas e que a questão não estava em cima da mesa.

Hoje é cada vez mais claro que a revisão constitucional está a ser utilizada como uma engrenagem, uma peça num puzzle maior de várias negociações entre PSD e Chega.

Desde logo através do “arranjinho” feito entre PSD e Chega para “congelar” o prazo da revisão, com a conivência e cobertura política do Presidente da Assembleia da República.

Hoje é cada vez mais claro que se a direita tiver condições, fará essa revisão constitucional sozinha.

Neste contexto é fundamental que o Congresso do LIVRE se manifeste, reforçando a nossa posição no sentido do que já tem sido transmitido e comunicado pelo Grupo Parlamentar e pelos co-porta-vozes: **temos uma visão própria e progressista para a Constituição, mas recusamos liminarmente que uma revisão constitucional profunda seja conduzida agora, à pressa e nos termos da direita e da extrema-direita**. Não há revisão legítima sem consenso democrático alargado e sem esse projeto ser sufragado nas urnas, e não há consenso possível com quem quer atacar o coração do regime.

O perigo: uma revisão profunda imposta pela direita e pela extrema-direita

1. Um projeto que atinge o núcleo da democracia

O projeto de revisão constitucional apresentado pela extrema-direita em maio de 2026, sob o título "Uma Constituição para todos os portugueses", não é um aperfeiçoamento técnico, ou uma melhoria da Constituição, mas um verdadeiro ataque à identidade democrática da Lei Fundamental. Entre as suas propostas contam-se:

- A **eliminação dos limites materiais de revisão** previstos no artigo 288.º — as cláusulas que hoje protegem o sufrágio universal, a separação de poderes, a independência dos tribunais, a forma republicana de governo e os direitos, liberdades e garantias. Suprimir estes limites é abrir a porta a que tudo, no futuro, possa ser alterado, retirando à Constituição a sua função de barreira contra o arbítrio.
- A consagração de **penas de prisão perpétua**, hoje expressamente proibidas, num retrocesso civilizacional incompatível com a dignidade da pessoa humana.
- A criação de mecanismos de **perda da nacionalidade adquirida**, abrindo caminho a uma cidadania de primeira e de segunda categoria e a um tratamento discriminatório dos portugueses naturalizados.
- A **restrição do acesso de estrangeiros à proteção social** e o reforço dos poderes de vigilância do Estado, com compressão da privacidade e dos dados pessoais.
- A introdução de uma cláusula de "identidade histórica, cultural e civilizacional" como fundamento da República e a eliminação de referências históricas que o partido classifica como ideológicas, reescrevendo a memória e os fundamentos do regime.
- A **redução do número de deputados** e alterações à arquitetura dos órgãos de soberania que enfraquecem o Parlamento e o pluralismo.

Um processo opaco e instrumentalizado

Ao perigo do conteúdo soma-se o vício do método. PSD e Chega acordaram suspender o prazo de entrega de projetos de revisão até dezembro, manifestando vontade de concluir o processo em conjunto até ao final da próxima sessão legislativa. Este expediente, sem precedente, suscita várias dúvidas constitucionais e procedimentais: a Constituição é clara ao prever que, aberto o processo por um partido, os demais têm trinta dias para apresentar os seus projetos.

A manobra confirma três coisas: que a revisão constitucional está, ao contrário do que foi dito, **em cima da mesa**, que PSD e Chega, com a cumplicidade da IL, estão articulados para fazer essa revisão constitucional e que o calendário constitucional está a ser usado como **moeda de troca** noutros dossiês políticos. A Constituição não pode ser refém de negociações de circunstância. Rever a Lei Fundamental por conveniência de uma maioria, à margem do consenso, e nas costas dos portugueses, é ilegítimo.

A visão do LIVRE: a Constituição que queremos

O LIVRE não se demite do debate constitucional, nem tem uma visão conservadora sobre este tópico. Temos uma visão evolutiva, progressista e europeísta para a Constituição, uma visão que **alarga direitos em vez de os comprimir** e que **aprofunda a democracia em vez de a esvaziar**. Sempre que existirem as condições políticas para uma revisão serena e consensual, defenderemos, entre outras, as seguintes linhas:

1. Mais direitos, não menos

- Consagração de **novos direitos fundamentais** adequados ao século XXI: um direito à estabilidade climática e a um ambiente são, o direito de acesso à água, proteção a quem é deslocado por causas climáticas, direitos digitais e tecnológicos (proteção de dados, acesso e literacia digital) e o reforço da proteção do bem-estar animal.
- **Reforço e blindagem dos direitos sociais**: saúde, educação, habitação, trabalho e segurança social, como pilares irrenunciáveis do Estado social, e não como despesas a comprimir.

- Reforço dos direitos, liberdades e garantias e da igualdade, sem qualquer cedência a lógicas discriminatórias em razão da origem, nacionalidade ou condição.

2. Uma democracia mais viva e representativa

- **Reforma do sistema eleitoral** para o tornar mais justo, representativo e proporcional, garantindo que todos os votos contam e promovendo o pluralismo político.
- Eliminação da exigência de nacionalidade portuguesa originária como limitação à elegibilidade para determinados cargos, num sentido de cidadania inclusiva e igual.
- Mecanismos de defesa do Estado de Direito contra derivas autoritárias, no espírito de um acompanhamento permanente das ameaças à democracia e da promoção da transparência e do combate à corrupção.

3. Uma Constituição aberta à Europa

- Aprofundamento do enquadramento constitucional da integração europeia, numa perspetiva federalista que reforce a legitimidade democrática da União e a capacidade de Portugal participar, em pé de igualdade, na construção de uma Europa mais democrática, social e ecológica.

Esta é a nossa agenda, uma modernização da Constituição que constrói em cima do que já temos e traz o projeto constitucional de abril para o século XXI.

Deliberações

Assim, o XVII Congresso do LIVRE delibera:

1. **Afirmar** a defesa intransigente da Constituição da República Portuguesa como conquista da democracia e do 25 de Abril, e da sua função de garantia de direitos e de limite ao poder.
2. **Rejeitar** qualquer revisão constitucional profunda conduzida no atual quadro político por uma maioria de direita e extrema-direita, designadamente o projeto que visa eliminar os limites materiais de revisão, reintroduzir penas perpétuas, criar mecanismos de perda de nacionalidade e restringir direitos.
3. **Denunciar** a instrumentalização do processo de revisão constitucional, incluindo o adiamento acordado entre PSD e Chega e a sua possível utilização como moeda de troca política, por violar a lógica constitucional do processo e abrir um precedente grave.
4. **Assumir** a visão do LIVRE para uma futura revisão constitucional: o alargamento de direitos (climáticos, digitais, sociais, bem-estar animal), aprofundamento democrático, reforma eleitoral proporcional, cidadania inclusiva e enquadramento europeu, a defender quando existirem condições de consenso democrático.
5. **Mandar o Grupo Parlamentar do LIVRE** para, no Parlamento, recusar e combater qualquer revisão constitucional que atinja o núcleo do regime, usando todos os instrumentos regimentais e constitucionais ao seu dispor, e para promover o escrutínio público e democrático do processo, em articulação com a sociedade civil e as forças democráticas.
6. **Mandar os órgãos do LIVRE** para mobilizar os cidadãos em defesa da Constituição, afirmando que a Lei Fundamental se defende cumprindo as suas promessas, e não desmantelando as suas garantias.

Proponentes

- Paulo Muacho
- Isabel Mendes Lopes
- Tomás Cardoso Pereira

- Rui Tavares
- Patrícia Gonçalves
- Filipa Pinto
- Jorge Pinto